



SEM AGRODECOLOGIA NÃO HÁ SAÚDE

CONVIVÊNCIA COM TERRITÓRIOS E ALIMENTOS
SAUDÁVEIS SÃO ALTERNATIVAS À CRISE CLIMÁTICA





CULTURA BRASILEIRA PREMIADA: O filme “O Agente Secreto”, do diretor pernambucano Kleber Mendonça Filho, estrelado por Wagner Moura, venceu dois Globos de Ouro, como melhor filme de língua não inglesa e melhor ator de drama (11/1). O longa acompanha a história de Armando Solimões (Wagner Moura), professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que se vê obrigado a usar um nome falso para resgatar o filho em Recife, por conta de uma perseguição sofrida durante a ditadura civil-militar. Nas entrelinhas do filme, está a ideia de que atacar o conhecimento e quem o produz é também uma forma de enfraquecer a democracia. Outro ponto central é a preservação da memória: sem memória, não há informação; e sem informação, não há saúde.

RADIS

edição 280 ■ janeiro

CAPA: ILUSTRAÇÃO DIGITAL FELIPE PLAUSKA



EDITORIAL

3 O lugar do editorial

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

10 Basta de feminicídio

CAPA | AGROECOLOGIA

12 O agro que é vida

SAÚDE MENTAL

20 Manicômio judiciário: o pior do pior

EDUCAÇÃO EM SAÚDE

28 O SUS que ensina

COMUNICAÇÃO E SAÚDE

31 SUS modelado à mão

34 SERVIÇO

35 PÓS-TUDO

A Venezuela pertence ao seu povo

O lugar do editorial

Agroecologia, manicômio judiciário, feminicídio, desigualdade, imperialismo americano, redução da pobreza, vacina contra a dengue, universidade do SUS, saúde da população negra e dos povos indígenas, voz do leitor, arte e saúde. Receber a arte-final da *Radis* para aprovar e escrever um editorial é ter, em primeira mão, a experiência que cada leitora e leitor terá ao ler e comentar as matérias que compõem a discursividade da revista, integrando temas tão diversos.

Radis busca oferecer elementos que proporcionem uma visão mais alargada e complexa de como os assuntos se entrelaçam e produzem novo sentido quando apropriados de forma conjunta pelos nossos interlocutores. Um sentido que é produzido com autonomia por cada leitor, de acordo com seus contextos, repertórios de conhecimento, formação e informação, experiências e vivências. Por outro lado, essa é uma revista que não oculta seus valores. Examinemos.

Ao estampar a agroecologia e os alimentos saudáveis como um pressuposto da saúde, *Radis* claramente faz um contraponto ao modelo hegemônico de agricultura no Brasil, baseado em latifúndio, monocultura, transgênicos, agrotóxicos, expulsão da população do campo, devastação ambiental, alimento visto como mercadoria. Isso fica evidente na escolha de título e intertítulos pelo repórter Adriano De Lavar em seu texto de cobertura do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, na Bahia: o agro que é vida, que é saudável, que é interlocução, que não é tóxico, que é convivência, que é inovação, que protege o planeta, que é justo.

Assim como a matéria de capa ouviu tanto os organizadores, pesquisadores e lideranças históricas quanto os agricultores que convivem e cultivam em interação com os diferentes biomas e territórios, a presença de muitas vozes e o relevo dado àquelas frequentemente invisibilizadas é recorrente nas reportagens da *Radis*. É o caso da matéria sobre a plataforma Universidade Aberta do SUS, em que a repórter Lara Souza entrevista uma figura central na criação da UNA-SUS e os profissionais que viram sua vida transformada pela educação permanente em saúde.

No texto sobre a recente onda de protestos contra o feminicídio, o raro é a presença da voz da repórter, quando Paula Passos narra sensibilizada ter conhecido pessoalmente uma mulher assassinada em caso de grande repercussão. Vale conferir também a beleza da expressão de artistas que produziram miniaturas de barro que mostram os profissionais

do SUS em ação, imagens que ornaram o calendário 2026 da Fiocruz Pernambuco.

O protagonismo na reportagem que constata a urgência pela desativação dos manicômios judiciais é de acadêmicos e profissionais de saúde mental. Eles descrevem e problematizam o quanto os chamados hospitais de custódia representam as piores das piores instituições, em que há trabalho forçado, comida estragada, falta de água potável, uso de contenção química, castigos, longos períodos de isolamento em solitárias, tortura, racismo e violência de gênero. A reportagem parte do Relatório de Inspeção Nacional, publicado pelo Conselho Nacional de Psicologia em 2025, e se aprofunda na coleta de depoimentos e análises no 7º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental.

Nada como conhecer de perto os horrores das estruturas manicomiais, que vão dos hospitais psiquiátricos às comunidades terapêuticas, para aderir à luta antimanicomial e defender a Reforma Psiquiátrica. Embora trate de algo dramático, vale uma leitura completa desse texto cuidadoso, detalhista e muito tocante, que aborda alternativas baseadas na adoção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), encaminhamentos às residências terapêuticas e inclusão na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do SUS.

A leitura e reflexão sobre todos esses assuntos entrelaçados numa revista impressa é uma experiência rara nos tempos atuais, por não serem matérias avulsas e compartimentadas, como é próprio da circulação de conteúdos na internet, ou fragmentadas, como nas redes sociais.

Cada editorial representa um compromisso com leitoras e leitores, o de sermos transparentes. Não existe a propalada neutralidade nos meios de comunicação. Quem diz o contrário, tende a esconder os interesses que regem as suas linhas editoriais. *Radis* tem lado!

Defendemos democracia participativa, direitos humanos, o SUS. Combatemos a desigualdade social, a exploração da classe trabalhadora, a precarização das condições de vida, o racismo, a misoginia. Dentro de nossas possibilidades, procuramos evidenciar e discutir visões de mundo, as implicações das políticas públicas e da ausência delas, os processos econômicos e socioambientais de determinação da saúde. Quando é pertinente, assumimos e explicitamos posições firmes em consonância com os princípios, os valores e o interesse público presentes em nossa linha editorial.

E você, leitora e leitor, como você lê e vê a *Radis*?

■ ROGÉRIO LANNES ROCHA, COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS


SUA OPINIÃO


Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis.ensp@fiocruz.br Tel. (21) 3882-9026 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361

 radis.ensp.fiocruz.br

 /RadisComunicacaoeSaude

 /radisfiocruz

 @radisfiocruz



35 ANOS DO SUS

Viva o maior sistema de saúde público do planeta. Viva o SUS!

Adriano da Silva

A concepção gráfica/editorial das capas da *Radis* também é um patrimônio do Brasil! Parabéns, equipe!

Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública

Em Minas Gerais as unidades do SUS têm ótimo atendimento e profissionais. Melhor que na Espanha, quando fui

vítima de um acidente de trânsito e fui levado a um pronto socorro de um hospital público em Alicante, província de Valencia. Não foi uma boa experiência... O SUS é muito melhor!

DJ WazNYC

Normalmente, celebro o SUS, mas hoje sepultamos um pai e avô, uma semana no Miguel Couto. Falhamos com ele, que esperava a morte sentado numa cadeira, dia e noite, num SUS de duvidosa estrutura e princípios. Se tivesse dinheiro, dói dizer, teria tido mais dignidade na partida.

Felipe Rodrigues Siston

Temos que lutar por saúde mental no SUS. Saúde mental não deve ser acessível só para a classe média e alta, mas sim para a população toda.

Maciel Carvalho

Sou servidora do SUS com muito orgulho e acredito que iniciativas assim nos relembram da importância da Política de Saúde para os brasileiros! Favor acrescentar a Política Nacional de Medicamentos!

Lidiane Vieira

R: Olá, pessoal, agradecemos pelos comentários! Viva o SUS, mas continuamos na luta para que ela seja realmente equânime, integral e universal!

RADIS NA SALA DE AULA

Sou professor de Língua Portuguesa na unidade Divinópolis do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), onde fiz um trabalho sobre leitura de gêneros textuais com minhas turmas de Redação em 2025 usando a *Radis*. Para isso, levei para a sala de aula alguns exemplares físicos recebidos por meu marido, que é assistente social. Foi muito produtivo! Agora, lendo a edição 277, de outubro 2025, vi a informação de que interessados poderiam pedir volumes para usar como material didático. Venho, então, solicitar esses volumes, pois vi na *Radis* uma ótima oportunidade de não só trabalhar esse tema do ensino de português, mas, principalmente, de formar os/as jovens do ensino médio com uma visão crítica reflexiva-propositiva sobre o Brasil a partir do excelente conteúdo dos volumes. Há muita potência na *Radis* para uso como

material didático para a juventude. Saibam disso! Muito obrigado!

Rodrigo Alves dos Santos

Sou pedagoga e já uso a *Radis* na minha sala de aula. Minha irmã recebe essa maravilhosa revista, pois ela é enfermeira, e usa bastante as reportagens em sua profissão. Eu sempre utilizo as delas, mas teve uma que ela não recebeu que é sobre o papel do psicólogo no SUS. Como eu estou atualmente fazendo Psicologia, gostaria muito de ter esse exemplar na nossa coleção de *Radis*.

Alcídia Batista

R: Olá, Rodrigo e Alcídia! Ficamos muito felizes com a mensagem de vocês, ao constatar que Radis é utilizada como material de estudo. Para solicitar exemplares antigos, enviem o endereço completo (com CEP) para o email radisfiocruz@gmail.com.

EXPEDIENTE

© é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Glauber Tiburtino
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor,
Jesuan Xavier, Lara Souza
e Paula Passos

Arte
Eduardo de Oliveira, Felipe
Plauska e Fernanda Andrade

ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lucas
Ingridi Maia da Silva
Miguel Vianna

DOCUMENTAÇÃO

Lícia Oliveira (Projetos Memória Radis 40+ e Radis Aberto)

ASSINATURAS

Assinatura grátis
(sujeita a ampliação)
Periodicidade mensal Impressão Gráfica RJ Offset
Tiragem 112.200 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



FIOCRUZ





Verônica Oliveira, conselheira tutelar que cuidava do caso de Gerson: “Ele foi negligenciado por todo o sistema”

ACERVO PESSOAL

MORTES VIOLENTAS REVELAM NEGLIGÊNCIA COM SAÚDE MENTAL

Em um noticiário policial, uma figura já conhecida dos telespectadores de João Pessoa (PB) estava sendo presa novamente, dessa vez por depredar uma viatura. Era Gerson Machado, de 19 anos, conhecido como “Vaqueirinho de Mangabeira”. “Eu estou desempregado. Meu documento está lá em Recife, eu não tenho dinheiro para ir para lá”, falava para a câmera (24/11).

Gerson apareceria novamente nos noticiários pouco tempo depois, dessa vez por conta de sua morte (30/11). “Homem morre após entrar em jaula de leoa”, diziam as manchetes sobre o Parque Zoobotânico Arruda Câmara (Bica). Só que a história de Gerson não se resumia a isso. Verônica Oliveira, conselheira tutelar que cuidava do caso do rapaz há oito anos, conta que sua morte simboliza uma falha do Estado, da sociedade e da rede de proteção que não garantiu o mínimo a um jovem com transtornos psiquiátricos. “Ele era muito mais do que o vídeo do parque. Era um menino abandonado, adoecido, negligenciado por todo o sistema”, lamentou, em nota pública.

Diagnosticado com esquizofrenia, Gerson nasceu em um contexto familiar fragilizado, com a mãe incapaz de prover os cuidados necessários por também ter a mesma doença. Ele e os quatro irmãos foram destituídos do poder familiar, porém Gerson não chegou a ser adotado, nem recebeu o cuidado adequado. Segundo a conselheira tutelar, o seu caso era sempre tratado como “problema de comportamento”.

Outra morte, ocorrida no Rio Grande do Sul, em setembro (15), também revela a violência e a negligência do Estado com as pessoas com transtornos mentais. Hérick Vargas, de 29 anos, foi assassinado por policiais militares, depois que a família pediu ajuda para conter um surto psiquiátrico. “Chamei ajuda, não para matar meu filho, e foi o que aconteceu. Atiraram no rosto dele, não sei quantos tiros”, disse a mãe Evolmara Vargas (G1, 15/9).

As duas tragédias se ligam a um “emaranhado de equívocos que se tem tornado a execução da política de atenção à saúde mental nas mais diversas regiões do país”, declarou a Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), em nota (4/12). Ambas as mortes expressam, segundo a instituição, uma opção pelo punitivismo como balizador dessa política pública. “Além da ausência e negligência do Estado, há também uma escolha em se fazer presente a partir da força policial armada para atender, de forma repressiva, situações que vão desde aquelas referentes à segurança pública até às de urgência e emergência em saúde”, diz o texto.

Os dois casos revelam o déficit de políticas públicas e de uma rede intersetorial capaz de oferecer cuidado integral às pessoas com transtornos mentais. A professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e coordenadora do grupo de pesquisa Loucura e Cidadania, Ludmila Correia, afirmou ao Brasil de Fato (1/12) que “Gerson só recebeu alguns diagnósticos depois de ser capturado pelo sistema socioeducativo e posteriormente pelo sistema prisional, já maior de idade. Ele já apresentava sinais claros de sofrimento mental severo muito antes disso” [Leia matéria sobre os manicômios judiciais na página 20, que aborda os estigmas vivenciados por pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei e também traz a fala de Ludmilla].

Verônica Oliveira disse ainda que Gerson era um menino com muitos sonhos, dentre eles o de ir para um safári na África para cuidar de leões. “Foram oito anos lutando para garantir seus direitos, mas a sociedade não compreendeu sua história. Ele queria apenas ser filho de sua mãe, mas foi lançado à própria sorte”, escreveu. Para uma sociedade que falhou em tantos pontos, Gerson havia morrido antes mesmo de entrar na jaula.

Brasil tem o menor nível de pobreza desde 2012

Estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em dezembro de 2025, indicou que o Brasil atingiu os menores níveis de pobreza e extrema pobreza em 2024 desde o início da série histórica em 2012. Os dados, que fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2024, levam em consideração o conceito de “pobreza monetária”, ou seja, a renda que a família consegue não é suficiente para sustentar o básico para viver bem. Nesse caso, o estudo considera apenas o dinheiro disponível e não observa outros fatores sociais importantes, como acesso à educação e moradia, entre outros.

Pobreza

2023: 57,6 milhões
(27,3% da população)

2024: caiu para **23,1%**

Mais de **8,6 milhões**
de brasileiros saíram da linha da pobreza

Extrema Pobreza

2023: 9,3 milhões **(4,4%)**

2024: 7,4 milhões **(3,5%)**, o menor
número já registrado

1,9 milhões deixaram a condição
(de 2023 para 2024)

Fonte: IBGE

Programas sociais são fatores importantes

De acordo com as análises feitas por especialistas, essa mudança é resultado de uma combinação de políticas públicas, como a ação dos programas de transferência de renda, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC, um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade), assim como o aquecimento do mercado de trabalho. Segundo o analista do IBGE, Jefferson Mariano, se excluirmos os programas sociais da pesquisa, os índices de pobreza chegarão a 40% da população.



Desigualdades persistem

- O rendimento dos **20% mais ricos** é **11,2 vezes maior** do que dos **20% mais pobres**
- Entre os brancos, **15,1%** eram pobres, enquanto **2,2%** estavam na extrema pobreza; na população negra, a pobreza chegava a **25,8%**, e a extrema pobreza a **3,9%**
- Mulheres (especialmente as pretas), crianças e adolescentes também estão entre os grupos mais atingidos

Fonte: IBGE

Primeira vacina contra a dengue de dose única do mundo

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou (26/11) a vacina da dengue do Instituto Butantan, a Butantan-DV, primeira contra a doença em dose única no mundo. O imunizante deverá ser incluído no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Entenda:



DIVULGAÇÃO

- Novo imunizante Butantan-DV é seguro e eficaz contra os quatro sorotipos da dengue
- A vacina demonstrou 74,7% de eficácia geral, 91,6% contra a dengue grave e 100% contra hospitalizações
- Pode tomar a vacina a população de 12 a 59 anos
- Outras faixas etárias estão sendo avaliadas pela Anvisa para aumentar a abrangência
- Segundo o Ministério da Saúde, a aplicação começa em janeiro de 2026, com profissionais da saúde e adultos de 59 anos

Suicídio cresce entre jovens indígenas

A juventude brasileira, sobretudo a da população indígena, apresenta uma taxa de risco de suicídio cada vez mais elevado. De acordo com o 2º Informe Epidemiológico sobre a Situação de Saúde da Juventude Brasileira: Saúde Mental, elaborado pela Agenda Jovem Fiocruz e pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), os jovens atingiram a marca de 31,2 suicídios para cada 100 mil habitantes. Entre a juventude indígena, esse número chega a alarmantes 62,7 para cada 100 mil habitantes.

Pessoas na mesma casa sofrem mais

Outro estudo da Fiocruz, realizado pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos em Saúde (Cidacs/Bahia), demonstrou que familiares coabitantes de alguém que morreu por suicídio apresentam 32% mais risco de morrer por qualquer causa e mais de quatro vezes o risco de morrer também por suicídio do que alguém que não tenha vivenciado de perto esse trauma. De acordo com o estudo, 43,6% dos óbitos entre familiares coabitantes ocorrem até dois anos após o caso inicial de suicídio ao qual foram expostos, período em que o impacto emocional e social tende a ser mais intenso.



Teleatendimento para compulsão em jogos online

A partir de fevereiro de 2026, o Ministério da Saúde irá oferecer teleatendimentos em saúde mental com foco em jogos e apostas online. A epidemia das “bets”, como denunciada pela Radis (275), cresce vertiginosamente e já atinge milhões de brasileiros. O serviço começará com 450 atendimentos online por mês.



Brasileiro entre os 10 cientistas mais importantes de 2025

O pesquisador brasileiro Luciano Andrade Moreira (foto), da Fiocruz, foi escolhido pela revista científica *Nature* como uma das 10 pessoas mais influentes na Ciência em 2025. Engenheiro agrônomo, ele coordena um projeto promissor no controle das transmissões de dengue, zika e chikungunya. A técnica consiste em infectar o mosquito transmissor, *Aedes aegypti*, com a bactéria *Wolbachia*, um microrganismo natural em cerca de 60% dos insetos do planeta. De acordo com as pesquisas, os mosquitos portadores da bactéria têm menos chances de contrair e espalhar os vírus.

Governo cria universidades indígena e do esporte



FABIO RODRIGUES | POZZEBOM | AGÊNCIA BRASIL

O governo federal assinou (27/11) projeto de lei para criação da Universidade Federal Indígena (Unind) e a Universidade Federal do Esporte (UFEsporte). As propostas serão enviadas ao Congresso Nacional. Durante o anúncio (foto), o presidente Lula destacou a criação das duas instituições como essencial para a dignidade dos povos originários e a valorização do esporte nacional. Ambas terão a primeira sede em Brasília, com a possibilidade de criação de campi em outros estados. Entenda:

Unind: Iniciativa para a formação de indígenas, nos níveis de graduação e pós-graduação, com base em um modelo educacional que fortalece as identidades e saberes tradicionais em diálogo com o conhecimento acadêmico não indígena. Serão ofertados cursos de graduação e pós-graduação voltados às áreas de interesse dos povos, com ênfase em gestão ambiental e territorial; gestão de políticas públicas; sustentabilidade socioambiental; promoção das línguas indígenas; saúde; direito; agroecologia; engenharias e tecnologias; formação de professores; e demais áreas consideradas estratégicas.

UFEsporte: Pensada como um centro acadêmico e desportivo de ponta, a iniciativa se destina à formação acadêmica, científica e tecnológica, com objetivo de formar profissionais de excelência na área esportiva, promover a ciência do esporte e contribuir para políticas públicas e inclusão social.

■ Saiba mais: <https://bit.ly/sobreunind> e <https://bit.ly/sobreufesporte>



BRUNO PERES

2ª MARCHA DAS MULHERES NEGRAS — Por reparação e bem viver, a maior mobilização já ocorrida no país com essa temática reuniu cerca de 300 mil mulheres negras na Esplanada dos Ministérios (25/11). O ato manteve o compromisso com a diversidade de mulheres trabalhadoras, quilombolas, indígenas, jovens, artistas, com deficiência e lideranças comunitárias.

Um observatório de saúde para a população negra

A Fiocruz, o Ministério da Saúde e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) lançaram (18/11) o Observatório de Saúde da População Negra. A iniciativa consiste em uma tecnologia social, informacional e comunicacional voltada para monitorar e avaliar como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) vem sendo vivenciada nos territórios.

O Observatório emerge como um recurso fundamental para o monitoramento e avaliação das iniciativas direcionadas a essa população, fortalecendo o acesso e a qualidade da atenção à saúde, apoiado em evidências e orientado pelos princípios da justiça social. Sua criação alinha-se ainda às diretrizes da 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2023. Confira o site do observatório em <https://observatoriospn.ensp.fiocruz.br>.

“Hoje, não podemos só falar sobre implementar políticas públicas ‘para’, precisamos implementar políticas públicas ‘com’. É necessário nos aproximarmos cada vez mais dos territórios.”



PETER ILLICIEV

[Marly Cruz, vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz, na abertura do 14º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (29/3), em Brasília, que teve como tema “Democracia, equidade e justiça climática: a saúde e o enfrentamento dos desafios do século 21”]

BASTA DE FEMINICÍDIOS

Casos recentes chamam atenção para o crescimento da violência motivada pela questão de gênero

PAULA PASSOS | COLABOROU LARA SOUZA

A primeira e última vez que vi Allane de Souza Pedrotti Matos, 41, pedagoga assassinada por um colega de trabalho no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), foi em setembro de 2025, numa quarta-feira, no Clube Renascença no Rio de Janeiro. A ocasião era de comemoração para mim e para as novas e os novos concursados da Fiocruz. Após um dia de atividades de integração, resolvemos visitar um dos templos do samba na capital fluminense. Aquela mulher talentosa me chamou atenção numa roda com 17 músicos, todos homens. Ela cantava e tocava tamborim.

Em certo momento, duas senhoras começaram a dançar empolgadas, ao lado da cantora. Estavam em um dos tantos aniversários que eram comemorados no espaço. O meu havia sido no dia anterior. Olhei para as senhorinhas desejando um dia ser como elas. Abri um sorriso achando tudo aquilo bonito, quando percebi que Allane também parecia comunicar daquele desejo. Nós nos olhamos, admiramos aquelas duas mulheres, sorrimos uma para a outra. E nunca mais a vi. Nunca mais a verei. Nunca mais ela poderá chegar àquela idade cantando numa roda de samba, porque foi vítima de feminicídio.

Allane era doutora em Letras — Estudos da Linguagem pela PUC-RJ e coordenadora da equipe pedagógica e acadêmica da Direção de Ensino do Cefet-RJ, no bairro do Maracanã. Deixou uma filha de 13 anos. Sua colega, Layse Costa Pinheiro, também assassinada, era psicóloga da instituição e pós-graduada em gestão de pessoas. Mortas por João Antônio Miranda Tello Gonçalves, de 47 anos, um servidor que na tarde de 28 de novembro entrou armado na sala da direção, tirou a vida das colegas com tiros na cabeça e depois se matou. As circunstâncias do crime ainda estão sendo investigadas.

“Os feminicídios são motivados por misoginia e por uma cultura patriarcal e machista ainda presente em nossa sociedade, que perpetua a ideia de superioridade e poder masculino sobre a vida das mulheres”, afirma à *Radis* Camila Bahia, pesquisadora do Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

A enfermeira, doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), lembra os dados do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2025: 97% das vítimas de feminicídio no Brasil foram assassinadas por homens. Dentre os casos de estupro de vulnerável, mais de 87% das vítimas são do sexo feminino. Os dados também mostram que oito em cada dez mulheres foram mortas por um companheiro ou ex-companheiro. Ou seja, o perigo está próximo e costuma vir de pessoas em quem as mulheres costumam confiar.

Camila faz uma consideração importante: “Do total de homicídios de mulheres registrados pela saúde em 2023, 68,2% foram de mulheres negras”. Naquele mesmo ano, segundo o Atlas da Violência, foram contabilizados 2.662 homicídios de mulheres negras e 1.202 de mulheres não-negras.

A pesquisadora reforça que, muitas vezes, antes de morrerem, as mulheres vivenciam diferentes violências não-letais, como violência física, sexual, psicológica, patrimonial, política e digital (que inclui o compartilhamento sem consentimento de imagens íntimas, assédio online, entre outros). Dados da ONU mostram que uma em cada três mulheres já vivenciou alguma violência de gênero em sua vida.

Em 2024, o Brasil registrou 1.492 casos de feminicídios, um recorde desde 2015, quando o crime foi tipificado por lei sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.




ROVERIA ROÇA

Manifestações “Mulheres Vivas” ocorreram em diferentes cidades do país contra a crescente onda de feminicídios

Allane, segundo sua irmã Alline Pedrotti contou em entrevista à GloboNews (2/12), vivia assustada, temendo pela sua vida e da filha, desde início de 2024. Para Alline houve negligência do médico que fez o laudo autorizando o retorno de João ao trabalho e da diretoria da instituição de ensino que não levou a sério os relatos que Allane e outras mulheres fizeram, já que o agressor assediava as colegas sexual e moralmente. “Como ele entrou armado no Cefet? Ele carregava uma mochila cheia de balas. Ele poderia ter matado muito mais gente”, questiona. O agressor tinha arma, porque era colecionador, atirador desportivo e caçador (CAC).

Allane desenvolveu depressão e tentou trabalhar mais de casa para evitar o contato com ele. João também não aceitava ter sido afastado do cargo por 120 dias por questões de saúde mental. O Instituto tentou realocá-lo em outros setores, mas ele não aceitou e nenhuma outra conduta preventiva foi realizada.

BRUTALIDADE EM SÃO PAULO

Na manhã do dia 29 de novembro, menos de 24 horas após o duplo feminicídio no Rio de Janeiro, outro crime brutal voltou a chocar o país. Após um desentendimento com Douglas Alves da Silva, na saída de um bar na Zona Norte de São Paulo, a jovem Tainara Souza, de 31 anos, foi atropelada e cruelmente arrastada por mais de um quilômetro pela Marginal Tietê. Socorrida em estado gravíssimo, mas ainda com vida após tamanha brutalidade, Tainara precisou amputar as duas pernas e passou por várias outras cirurgias até vir a óbito 25 dias depois, na véspera de Natal. Douglas está preso desde o dia seguinte ao crime. Tainara deixa duas crianças órfãs de mãe: um menino de 12 anos e uma menina de 7. 

ESTADOS QUE MAIS MATARAM MULHERES EM 2024

São Paulo: 253 casos

Minas Gerais: 163 casos

Bahia: 111 casos

TAXA DE FEMINICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES

Mato Grosso: 2,5

Mato Grosso do Sul: 2,4

Piauí: 2,3

TAXA BRASILEIRA É DE 1,4 MORTES POR 100 MIL MULHERES

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública



CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA DEBATE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, CONVIVÊNCIA COM OS TERRITÓRIOS E JUSTIÇA CLIMÁTICA

“**D**emocracia forte é país alimentado”. A frase na ponte que liga as cidades de Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco, anunciava a amplitude dos debates da 13ª edição do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), que aconteceu entre 15 e 18 de outubro de 2025 na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Juazeiro. Justiça climática e convivência com os territórios foram temas dos quais partiram a maioria das discussões travadas no encontro, que reuniu seis mil pessoas no coração do Semiárido brasileiro, às margens do Opará, o conhecido rio São Francisco.

Pesquisadores, estudantes, técnicos, ativistas de movimentos sociais, agricultores, indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, cozinheiros e representantes de redes e articulações da sociedade civil reuniram-se durante os quatro dias de congresso. O evento acolheu ainda mais de dois mil trabalhos científicos e abriu espaço para inúmeras trocas de experiências, manifestações artísticas e inovações camponesas.

Radis esteve presente no CBA e aproveitou os dias de diálogo e trocas para entender como os saberes agroecológicos se relacionam com a saúde. Sem a pretensão de esgotar o assunto, e sim abrir a discussão em várias frentes, esta reportagem apresenta alguns dos temas que rolaram em Juazeiro e que reforçam a inequívoca relação entre os dois campos de pesquisa e de trabalho.

Desse encontro de ciências e vivências, marcado pela diversidade de linguagens e por diferentes formas de expressão, os depoimentos a seguir legitimam a certeza de que, para garantir saúde, é preciso não somente defender modos de produção de alimentos que respeitem o ambiente, mas também proteger a vida das pessoas que tradicionalmente vivem e cuidam dos territórios.





O AGRO QUE É SAUDÁVEL

Qual a relação entre agroecologia e saúde? O debate sobre a agroecologia no Brasil começa inicialmente com as discussões sobre a produção de alimentos, situa José Nunes, presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Para ele, a interlocução entre os dois campos de saber se construiu naturalmente: “Ao longo do tempo, percebemos que a relação com a saúde é fundamental”, diz à *Radis*, no primeiro dia do CBA.

Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), ele lembrou que a alimentação interfere diretamente na saúde das pessoas, algo que se verifica quando se percebe que aquilo que se come é responsável pela ocorrência (ou não) de doenças, como diabetes e hipertensão, assim como pela maior ou menor incidência de diferentes tipos de câncer. “Aquilo que se come (e o modo como se come) se refletem diretamente na pauta do SUS”, pontua.

Para Nunes, o encontro entre saúde e agroecologia é muito rico, já que fortalece uma dupla proteção à vida. Assim como a agroecologia defende a produção e o consumo de alimentos saudáveis — que garantem mais qualidade de vida —, a saúde também contribui para a proteção do planeta, na medida em que se apresenta como alternativa às mudanças climáticas e à destruição da natureza [Leia reportagem sobre cozinhas solidárias na *Radis* 278].

Neste contexto, o professor enfatiza o papel estratégico desempenhado por cientistas e instituições de pesquisa em saúde — incluindo a Fiocruz — na ampliação desse intercâmbio de saberes, quando promovem estudos que tratam, por exemplo, dos efeitos do uso de agrotóxicos na saúde humana ou incentivam o diálogo entre ciência e povos tradicionais.

A interseção entre os campos da agroecologia e da saúde também pontua a fala do sanitarista Marco Menezes, diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), que contextualiza: “Hoje enfrentamos, do ponto de vista da saúde coletiva, tanto localmente como globalmente, crises que se entrelaçam, como a crise climática e a crise hídrica. O encontro da saúde com a agroecologia é fundamental para lidar com essas crises”, diz à *Radis*.

Marco também considera que a interlocução atualiza o conceito ampliado de saúde e os ideais da Reforma Sanitária Brasileira, na medida em que a agroecologia permite que a saúde se aproxime dos territórios e os perceba como lugares de produção de conhecimento e de resistência. “A agroecologia é o caminho, é a ciência, é a arte, é o movimento que, a partir dos territórios, promove o encontro com a saúde coletiva”, define.

Ele defende que é preciso intensificar essa interlocução, trazendo para os currículos de formação da saúde temas como justiça climática e outros relacionados à agroecologia, e mobilizar a agenda de implementação de políticas públicas importantes como a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF), que visa garantir o direito à saúde para essas comunidades no âmbito do SUS. Na via reversa, avalia que a expertise da saúde pública, principalmente em participação e controle social, pode contribuir na elaboração e na implementação de políticas e programas agroecológicos nos territórios.



O AGRO QUE É INTERLOCUÇÃO

A carta política “Conviver com os territórios: a agroecologia que povoa o Brasil”, divulgada em novembro pela organização do 13º CBA, denuncia “modos dominantes de produção do conhecimento científico” e reivindica uma “ciência crítica” que reconheça, celebre e dialogue com as diferentes formas de produção de conhecimento.

O documento recomenda a construção de metodologias de pesquisa baseadas na interculturalidade e enaltece estudos colaborativos que cultivem laços de confiança, respeitem e valorizem os conhecimentos e saberes das comunidades e da diversidade de povos. O texto dialoga diretamente com o que defende o engenheiro agrônomo, educador e ativista Sebastião Pinheiro, um dos pioneiros da agroecologia e da luta contra agrotóxicos no Brasil.

Um dos homenageados do CBA em 2025, Tião, como é chamado por aqueles que o conhecem de perto, é enfático na defesa dos saberes tradicionais como necessários para a retomada de uma agricultura saudável. Em entrevista à *Radis* [Leia completa no site], ele recomenda uma volta às raízes. “Quem tem essa raiz hoje? Só quilombolas, indígenas ou pessoas com consciência”, argumenta.

A afirmação de Tião reverbera o que diz o documento produzido no CBA, especialmente no trecho que adverte que os conhecimentos populares sofrem a ameaça de apropriação jurídica e comercial pelas grandes corporações empresariais. “A valorização dos processos ecossistêmicos e da biodiversidade não pode ser, em nome de uma racionalidade instrumental, justificativa para estratégias que fragilizam ainda mais a autonomia daqueles e daquelas que atuam historicamente como seus e suas guardiãs”, diz o texto. Leia na íntegra em [<https://bit.ly/cartacba2025>].



A agricultora Maria Conceição Veras, do Ceará, levou ao CBA a experiência do Quintal das Margaridas: “Da pedra nasce vida”



“Agroecologia é uma ideologia”, afirma Sebastião Pinheiro, um dos pioneiros do campo

O AGRO QUE NÃO É TÓXICO

O 13º CBA reafirmou o compromisso prioritário de combate ao uso de agrotóxicos no país. A preocupação não é à toa. A cada dois dias, uma pessoa morre por intoxicação por esses produtos no Brasil. Enquanto isso, o SUS gasta anualmente cerca de R\$ 45 milhões para tratar questões de saúde ligadas a essas substâncias, advertiram pesquisadores, durante o CBA [Radis 243].

Ao fim do congresso, os participantes cobraram maior efetividade nas ações previstas no Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) — instituído pelo Decreto 12.538/2025 — e criticaram o “descomprometimento político” no reconhecimento das graves evidências do uso de veneno sobre os territórios e seus povos. Para o grupo reunido em Juazeiro, a negligência é resultado da pressão do setor do agronegócio sobre a produção do conhecimento e as políticas públicas, aliada a um grande entrave aos subsídios de novas pesquisas, especialmente as de médio e longo prazos.

“É muito importante discutir o combate aos agrotóxicos de todas as maneiras, inclusive aquilo que se chama muitas vezes de defensivo agrícola”, diz à Radis Edivalda Aroucha. Uma das fundadoras da organização não-governamental Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (Agendha) e integrante da Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) da Bacia do Rio São Francisco, Valda argumenta que estes produtos impactam diretamente os biomas, em especial as regiões semiáridas e áridas do Brasil.

Diante deste cenário, ela considera fundamental e indispensável a atuação dos profissionais de saúde, em especial os que estão no SUS, para combater os malefícios causados pelos agrotóxicos. Agentes de saúde, médicos e outros profissionais, que conhecem a realidade das pessoas, precisam estar atentos aos sinais, que vão desde tontura e desorientação até vômito e irritação na pele, recomenda. Ela argumenta que muitas vezes as pessoas procuram ajuda médica e não informam que usaram ou tiveram contato com esses produtos, naturalizando seus efeitos danosos à saúde.

Falando à Radis na tenda “Rachel Carson”, organizada pelo grupo de trabalho contra os agrotóxicos e transgênicos da ABA e pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, a professora defende que, para combater a “naturalização” destes produtos, é necessário capacitar as equipes para reconhecer, nas pessoas, quando eles são utilizados — inclusive os agrotóxicos “caseiros”, sublinha. Com a estrutura do SUS — “O melhor programa de saúde do mundo!”, enfatiza —, o registro dos diagnósticos é também importante para que se possa criar e implementar políticas públicas protetivas da saúde, ressalta.

Atento às discussões sobre o tema na tenda que homenageia a primeira cientista a denunciar os impactos dos agrotóxicos sobre os ambientes e autora do livro “Primavera Silenciosa” (1962), Tião propõe um contraponto: “Eu não perco mais tempo com veneno. O que fazemos aqui é discutir a vida”, declarou.

Mais tarde, na entrevista que concedeu à Radis, ele explicou: “A questão é ideológica. Veneno é uma ideologia, não é uma tecnologia, a agroecologia é uma ideologia, e não uma tecnologia. Há uma disputa de espaço, de tempo e de discurso. Por que eu vou perder meu tempo com o veneno, se o meu tempo é escasso e preciso muito mais dele para construir o meu espaço? Então, eu tenho que trazer a discussão para a consciência espiritual, religiosa, comunitária”, destacou.

Helena Lopes: pensar justiça ambiental é fundamental para proteger os mais vulneráveis à crise climática

SAÚDE

O AGRO QUE É CONVIVÊNCIA

“É nos territórios que a vida pulsa, é nos territórios que o povo resiste”. Um dos temas tratados no 13º CBA, a convivência com os territórios é chave para se entender a complexidade e a importância do debate sobre agroecologia no país, bem como relacioná-lo às práticas e políticas de saúde. A escolha do local do evento, no coração do Semiárido, já anunciava o protagonismo das diferentes populações e comunidades no combate às ameaças à agricultura saudável e sustentável.

A mineração, a devastação da Caatinga, a concentração e usurpação de terras e a construção de megaprojetos de energia eólica, assim como as fazendas solares, são citadas na carta política do 13º CBA como fatores que impactam o ambiente e a qualidade de vida das pessoas e violam a autonomia e a integridade dos territórios. Em entrevista à *Radis*, o teólogo e ativista Naidison Baptista não mede palavras: “As energias renováveis, eólicas e fotovoltaicas estão usurpando o território das comunidades tradicionais” [Leia a entrevista completa no site da *Radis*].

Profundo conhecedor da região — e um dos homenageados no 13º CBA — Naidison é um dos fundadores da Articulação do Semiárido (ASA), rede de organizações da sociedade civil que há décadas investe em programas de convivência com a região, marcada pelo estigma da seca e pelo modelo conservador do agronegócio.

Em 2009, durante o 7º Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (EnconAsa), ele já havia apresentado à *Radis* o Programa de Mobilização e Informação para Convivência no Semiárido, popularmente conhecido como Programa 1 Milhão de Cisternas (*Radis* 94).

Quinze anos depois, ele comemora a longevidade e produtividade da iniciativa — que já ultrapassa 1,3 milhão de unidades distribuídas; porém, é taxativo em relação aos desafios que permanecem (e se atualizam). Naquele momento, uma frase definia a situação: “o problema do Semiárido não é a seca; é a cerca”. Uma década e meia depois, pouco mudou, de acordo com ele. “A reforma agrária não foi feita, continua um tabu. Conseguimos desconcentrar e democratizar a água, mas a terra, não”, diz.

No entanto, a força sertaneja está no acúmulo de aprendizados de resistência e resiliência, afirma a carta política de Juazeiro. Uma força que mostra que o caminho está “no viver junto, na adaptação às condições climáticas e na agroecologia como pedagogia de vida”. É nessa força que confia André Búrigo, o Deco, pesquisador no Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Integrante da Agenda de Saúde e Agroecologia da Fiocruz, ele avalia como positiva a escolha de se realizar, pela primeira vez, o CBA no Semiárido. Lembra também que o debate realizado pelo movimento agroecológico na Caatinga, bioma que só existe no Brasil, contrapôs a convivência com o território ao enfrentamento à seca, uma disputa que envolveu o colonialismo e um conjunto de obras que concentram poder de decisão. “A convivência com o Semiárido parte da necessidade de compreender os biomas e conviver com eles”, afirma.

Para ele, os congressos brasileiros de agroecologia vêm se transformando, ao desenvolver maior diálogo com a sociedade. Deco lembrou que, em 2015, quando o CBA aconteceu em Belém, os povos indígenas ocuparam a plenária final e reivindicaram maior participação na construção de alternativas que considerassem seu modo de vida. De lá para cá, avaliou, vários movimentos sociais têm se aproximado da construção de uma agenda comum.

Em 2025, ele observou uma maior participação, por exemplo, de pescadores e pescadoras artesanais. “É muito interessante ver essa evolução do movimento e a sua capacidade de pensar a ciência e encarar o desafio de construir conhecimento a partir do diálogo de saberes”, destaca.





KAREN LIMA



KAREN LIMA



O AGRO QUE É INOVAÇÃO

Na abertura do 3º Terreiro de Inovações Camponesas e do 7º Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores, durante o 13º CBA, uma voz se levantou para celebrar a oportunidade de compartilhar as novidades que surgem no campo. “Por muito tempo nós, agricultoras e agricultores, fomos invisibilizados em nosso papel de construir ciência. Nossa presença no CBA é uma forma de abrir o diálogo de saberes, de construção coletiva do conhecimento”, disse a agricultora Roselita Victor.

Integrante da coordenação executiva da ASA pelo estado da Paraíba, Roselita chamava atenção para algo que marcou o encontro: a importância da convivência e do diálogo entre o conhecimento científico e os saberes desenvolvidos nos territórios.

Experiências como a construção de cisternas, que garantem água para a população em tempos de estiagem, o recaatingamento (reflorestamento de áreas devastadas da Caatinga) e os quintais produtivos das Margaridas marcaram a importância de conhecimentos partilhados no fortalecimento da construção do bem viver. E reforçam a agroecologia “como uma ciência dos lugares, que precisa estar ancorada em inovações e saberes contextualizados, interconectados e articulados em redes”, como definiu a carta política do evento.

No Terreiro das Inovações Camponesas, a agricultora Maria Conceição Veras, da comunidade de Trapiá, em Ipaporanga (CE), era só sorrisos. Ela apresentava às pessoas a mudança que a mandala produtiva operou em seu quintal e na sua vida. “Da pedra nasce vida”, anunciava o cartaz às suas costas, que descrevia o processo de produção de frutas, verduras e ervas medicinais e de criação de animais em um quintal antes estéril. Ali, dizia o texto, nada se perde. “É um ciclo de vida”.

Graças a uma cisterna, ela hoje tem um lago, onde cria peixes e patos; a água do lago rega a plantação de macaxeira, banana, goiaba, cana-de-açúcar, limão e graviola, entre outras frutas e plantas medicinais. Parte da produção vai para programas públicos de alimentação, o restante alimenta a família. “Toda a minha alimentação vem do meu quintal, assim como a minha renda. Graças a ele eu hoje tenho saúde de qualidade”, conta, orgulhosa. “É uma riqueza imensa a que a gente tem. Investir em agroecologia faz bem à saúde”.

A poucos passos de Conceição, uma maquete chama a atenção dos visitantes. Fabricada com capricho de artesanato, a recriação de uma comunidade de fundo de pasto mostra, no tamanho que cabe em uma mesa, o processo de recaatingamento. À frente do sítio em miniatura, Wemerson Matos explica, paciente: “Isso é parte de uma metodologia de conservação e recuperação de áreas degradadas”, diz.

Segundo o biólogo, integrante do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa), de Juazeiro (BA), o método é comunitário e ocorre em processo de mutirão, com o objetivo de recuperar a Caatinga. O plano de manejo, explica, envolve as famílias do lugar e entidades parceiras. A ideia “é manter a Caatinga em pé, de forma sustentável, com as pessoas dentro”, relata.

Ao manter o bioma vivo e exuberante para as próximas gerações, é possível garantir saúde, já que o território recuperado oferece melhores condições de vida, afirma Wemerson. Isso ocorre não somente pela possibilidade de captação de água da chuva, por meio das cisternas, mas também pela garantia de trabalho e moradia dignos para as famílias. A metodologia fortalece a convivência com o Semiárido, já que diminui a sobrecarga de trabalho — sobretudo das mulheres; assim como estimula medidas que evitam a proliferação de doenças, como a instalação de saneamento.

O AGRO QUE PROTEGE O PLANETA

O 13º CBA aconteceu no mês anterior à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). O evento, ocorrido em Belém, contou com a participação ativa de movimentos sociais e povos originários nas pressões e negociações (*Radis* 279). A conferência não poderia ter ficado de fora das discussões em Juazeiro, assim como mereceu destaque na carta política do encontro.

O recado é claro: “Da Amazônia para o mundo: basta de desigualdade e racismo ambiental, justiça climática já!”, registra o documento final, já antecipando o que o movimento agroecológico reivindicaria ao participar da Cúpula dos Povos, espaço que reuniu os movimentos sociais na capital paraense, de 12 a 16 de novembro.

Entre os pontos abordados no documento, o CBA critica a “crise civilizatória” que subjuga a natureza como recurso inesgotável, transformando a terra, as águas, as sementes e a vida em mercadorias, assim como denuncia o neoextrativismo, a financeirização da natureza e “a expansão da expropriação da terra e dos bens comuns e de exploração dos povos”.

Os participantes do CBA também cobram reais medidas contra a concentração fundiária, a dependência econômica e produtiva e as desigualdades interseccionais de classe, raça e gênero. Criticam ainda o que chamam de “falsas soluções”: a economia verde, os megaempreendimentos de energias renováveis, o mercado de carbono, a mineração para transição e a promessa de um agronegócio regenerativo.

Integrante da Agenda de Saúde e Agroecologia da Fiocruz, Deco observou a pertinência de o CBA acontecer exatamente no Semiárido às vésperas da COP — e comemorou o fato de metade dos 6 mil participantes do evento, em Juazeiro, serem camponeses e/ou ativistas de movimentos sociais do campo, pessoas de povos e comunidades tradicionais e estudantes. “Um encontro como esse proporciona uma explosão de consciência”, afirma à *Radis*.

Para ele, a possibilidade de visualizar experiências concretas nos territórios e reunir pessoas que estão construindo uma agenda comum de trabalho e de luta são um estímulo para o movimento agroecológico. “Tudo isso é muito relevante pra gente pensar que realmente pode construir outros mundos possíveis, que tem força para resistir à destruição promovida pelo agronegócio”, avalia.

Ele contextualiza a importância do CBA na construção de uma resposta brasileira às mudanças climáticas. Deco situa que, entre os cinco países que mais contribuem com a crise climática (Estados Unidos, China, Rússia, Índia e Brasil), quatro deles concentram cerca de 75% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) nas atividades da indústria de petróleo e gás — mas no Brasil, esse percentual chega talvez a 22%.

Aqui, a maior emissão de gases, aponta o pesquisador, está relacionada aos sistemas alimentares, ou seja, ao modo como funciona o agronegócio. Por outro lado, atividades como o desmatamento e a agropecuária dependem do petróleo, seja para produzir agrotóxicos e fertilizantes, seja para manter frigoríficos e toda a indústria responsável por levar o que é produzido no campo até a mesa dos consumidores. “Há dados que demonstram que entre 75 e 82% de todas as emissões do país vêm dos sistemas alimentares”, ressalta.

A carta de encerramento enfatiza o que recomenda o pesquisador da Fiocruz: “A agroecologia foi apresentada como solução real para uma transição ecológica justa, popular e inclusiva, que reconheça os direitos à terra, ao território e à soberania dos povos, com propostas de geração de energia descentralizadas e de soberania alimentar e energética”, diz o documento. “Não estamos na natureza, somos natureza. Não estamos no território, somos território!”



ALLISON CHAVES

REFORMA AGRÁRIA: PELA DEFESA DA TERRA E DO TERRITÓRIO



ALLISON CHAVES

AGROECOLOGIA



O AGRO QUE É JUSTO

“A primeira coisa para se pensar a justiça climática, especialmente quando a gente olha para o Brasil, é entender que os sistemas alimentares são os principais responsáveis pelos gases de efeito estufa no país”, situa a pesquisadora Helena Lopes, da Agenda Saúde e Agroecologia da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), da Fiocruz. Assim como Deco, ela enfatiza que, no Brasil, o sistema alimentar e as mudanças climáticas estão totalmente conectados.

A análise de Helena parte dos resultados recentes do mapeamento nacional “Agroecologia, Território e Justiça Climática”, publicado em 25 de setembro, cujos resultados foram divulgados durante o 13º CBA — e compartilhados na COP30 — e estão relacionados a um contexto de sindemia global, uma combinação de três pandemias: mudanças climáticas, obesidade e subnutrição.


E o que isso tem a ver com a saúde? A pesquisadora explica à *Radis* que o sistema alimentar convencional, hegemônico, inclusive no Brasil, se baseia principalmente em produtos ultraprocessados, industrializados, produzidos com uso de monocultivos, agrotóxicos e transgênicos. “Então não produz alimentos saudáveis, ao mesmo tempo que contribui com as mudanças climáticas”.

É a partir deste olhar que o conceito de justiça climática, no âmbito dos sistemas alimentares, visa garantir o acesso a alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, outra forma de produção, distribuição e acesso a alimentos, complementa. “Isso é o que defende a agroecologia”, resume.

Helena dá um exemplo que ajuda a entender a lógica da justiça climática. No Brasil, a insegurança alimentar e nutricional é maior nos lares comandados por mulheres. Mas é justamente sobre elas que os efeitos das mudanças climáticas são mais evidentes. “Por isso é fundamental pensar em justiça climática, para que as pessoas que menos contribuem com as mudanças do clima não sejam as mais afetadas por elas”, situa.

O mesmo raciocínio se aplica a comunidades indígenas, quilombolas e de camponeses, que têm, em contrapartida, construído cotidianamente soluções para as mudanças do clima a partir de uma agricultura que combina diferentes tipos de produção e de organização de mercados, como a economia solidária. “Só que essas soluções também estão sendo intensamente impactadas pelas mudanças do clima”, diz.

Helena falou que o mapeamento, realizado por diversas organizações, em parceria com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em mais de 300 municípios de todas as regiões do Brasil, mostra mais de 500 experiências de agroecologia que promovem tanto a adaptação quanto a mitigação dos efeitos da crise climática nos territórios, assim como fomenta a própria justiça climática por meio de um processo de produção de conhecimento.

“Essas experiências nos ensinam que as soluções para o enfrentamento das mudanças climáticas não são exclusivamente tecnológicas. Elas estão sendo constituídas cotidianamente nos territórios e precisam de apoio adequado do Estado”, avalia. Para ela, o levantamento comprovou que, caso recebessem a atenção devida, as experiências se multiplicariam e dariam uma resposta brasileira efetiva de como enfrentar as mudanças climáticas a partir da produção de alimentos saudáveis. 

NO SITE DE *RADIS*

- Confira entrevistas completas com Sebastião Pinheiro e Naidison Baptista



Relatório de Inspeção Nacional em Estabelecimentos de Custódia e de Tratamento Psiquiátrico (ECTPs) aponta que são lugares de violações de direitos

MANICÔMIO JUDICIÁRIO: “O PIOR DO PIOR”

Hospitais de custódia mantêm pessoas com deficiência psicossocial em condições degradantes, mesmo com resolução que determina o seu fechamento

LUIZ FELIPE STEVANIM

Na cidade de Barbacena, em Minas Gerais, os internos de um hospital de custódia permanecem trancados nas celas durante todo o dia. Sua circulação só é permitida com a tutela de um policial. Eles dependem dos agentes penais para as tarefas mais básicas de um ser humano, como encher as garrafas PET de água nos bebedouros que ficam nos corredores. Contudo, já houve relatos de que tiveram de recorrer à torneira do banheiro para saciar a sede.

A “injeção SOS” [medicação sedativa] é empregada com frequência, mesmo na ausência de sinais de agressividade — para “evitar que piore”. Alguns prontuários falam em indicação de eletroconvulsoterapia (ECT), o chamado eletrochoque, para o tratamento dos sintomas psicóticos, e recomendam que a internação aconteça “ad eternum”, ou seja, por toda a vida.

Essa descrição pode parecer saída de um livro ou filme sobre a história dos hospícios, mostrando os horrores que ficaram no passado. Ledo engano. Trata-se da realidade

atual de um dos manicômios judiciais existentes no país — ou hospitais de custódia, como também são chamados: no caso específico, do Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz (HPJJV), em Barbacena, cidade mineira conhecida pelas histórias de maus tratos e desumanização no tratamento da loucura. Tais apontamentos estão presentes no Relatório de Inspeção Nacional a essas instituições, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2025.

É preciso que se diga que Barbacena não é um caso isolado. Outras instituições asilares que recebem pessoas com deficiência psicossocial [que vivem com limitações funcionais devido a transtornos mentais crônicos] em conflito com a lei se espalham pelo país, reproduzindo a lógica de internação como regra, na contramão da Reforma Psiquiátrica, respaldada pela Lei 10.261 de 2001 — que, em 2026, completa 25 anos. A inspeção identificou 2.053 pessoas nessas condições em Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (ECTPs) e instituições similares, em 21 estados brasileiros.

Entre as graves denúncias do relatório, foram identificadas situações de permanência prolongada de pessoas com determinação judicial de soltura ou que já haviam cumprido o tempo máximo de medida, emprego de contenção química, castigo por meio de isolamento em celas “solitárias” e exploração do trabalho. O CFP também apontou ausência de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), falta de transparência e de informações sobre as pessoas internadas e ambientes insalubres e em desacordo com qualquer perspectiva de cuidado digno. “Os ECTPs e suas instituições congêneres — como alas psiquiátricas prisionais, hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas — são estruturalmente incompatíveis com a garantia dos direitos humanos, com o cuidado em saúde, com os princípios da dignidade da pessoa humana”, conclui o texto.

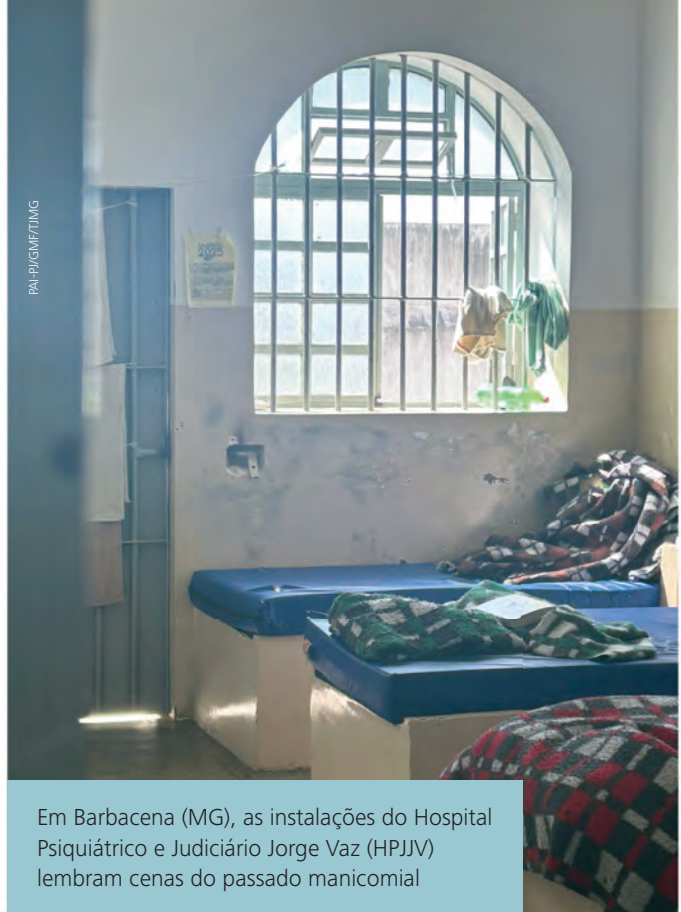
O tema esteve em discussão no 7º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental, promovido pela Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), em Juiz de Fora (MG), entre 11 e 14 de setembro de 2025. *Radis* acompanhou o debate sobre a desumanização e as violações de direitos nessas instituições, enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa a constitucionalidade de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que cria a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e determina o fechamento destes manicômios.

MANICÔMIOS AINDA EXISTEM

Os manicômios judiciais estão condenados ao fim. Em 2023, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 487, que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e determina o fechamento dos hospitais de custódia, por meio da inserção desses pacientes nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), no SUS. Contudo, tais estabelecimentos asilares ainda sobrevivem graças à pressão de grupos conservadores que argumentam que a liberdade dessas pessoas apresenta riscos para a sociedade.

A resolução do CNJ foi questionada pelo partido União Brasil, por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) apresentada no Supremo, junto com três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) assinadas, respectivamente, por Podemos, Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. As ações argumentam que o CNJ teria extrapolado suas atribuições e alegam que a soltura prejudicaria o tratamento desses pacientes que não têm condições de conviver em sociedade.

O relator no STF, ministro Edson Fachin, concedeu voto favorável à Política Antimanicomial do Poder Judiciário, assim como o ministro Luís Roberto Barroso, no julgamento que começou no fim de junho de 2025. Porém, um pedido de vistas de Flávio Dino interrompeu o trâmite (21/7) por tempo indeterminado, adiando o fim dos manicômios. Antes disso, em 2024, o mesmo ministro havia concedido liminares que mantiveram o funcionamento de unidades de custódia no Rio de Janeiro, a pedido do governador Cláudio Castro (PL).



Em Barbacena (MG), as instalações do Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz (HPJJV) lembram cenas do passado manicomial

A inspeção realizada pelo CFP demonstra que é preciso prosseguir com a extinção desses hospitais que reavivam o passado manicomial: “A desinstitucionalização de pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei não é apenas uma política de saúde: é um processo coletivo de reconstrução de caminhos rumo ao cuidado e reparação”, destaca o relatório.

Para Clarissa Guedes, conselheira federal de psicologia e uma das responsáveis pela inspeção, o material é uma contribuição da psicologia brasileira para reafirmar a importância da atenção psicossocial em liberdade. “A gente identificou uma série de violações, em especial em relação ao cuidado dessas pessoas. São lugares de violações extremas”, afirmou à *Radis*.

Os conselheiros visitaram 13 manicômios judiciais no país — estabelecimentos destinados ao cumprimento de medidas de segurança [sanções penais aplicadas a pessoas consideradas inimputáveis, por conta de alguma deficiência psicossocial], além de três alas prisionais psiquiátricas e duas unidades comuns, em um total de 18 instituições diretamente vinculadas ao modelo de custódia penal. Também foram inspecionados três hospitais psiquiátricos, duas comunidades terapêuticas (CTs) e uma clínica especializada em dependência química. Por fim, a vistoria acompanhou o funcionamento da chamada rede substitutiva, com visitas a Centros de Atenção Psicossocial (Caps), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) e outras unidades do SUS.

O que a inspeção encontrou nos manicômios judiciais foi a naturalização da violência como tratamento, ressalta Clarissa. “Essas violações demonstram que o manicômio judiciário é ‘o pior do pior’. É ainda pior que a prisão porque

a pessoa não tem prazo para sair. Em muitos casos se torna prisão perpétua, que não existe no nosso ordenamento jurídico”, declarou durante a apresentação no evento da Abrasme (12/9).

DEPÓSITO DE GENTE

Grades, corredores trancados e presença ostensiva de policiais penais não são compatíveis com cuidado digno a pessoas com deficiência psicossocial. Essa é uma das constatações do relatório, que identificou graves restrições de acesso para as próprias equipes que iriam realizar a inspeção. Quando conseguiam cruzar a porta e ter contato com as pessoas internadas, os conselheiros se depararam com condições precárias e “ambientes degradados, insalubres e inseguros para a permanência de pessoas”.

“Em hospitais de custódia, alas psiquiátricas prisionais e comunidades terapêuticas, foram encontradas estruturas com risco de desabamento, ausência de ventilação e iluminação, mofo, goteiras e infiltrações”, aponta o documento. O CFP encontrou algumas alas ou áreas das unidades que funcionavam como depósito de lixo ou de entulho. Banheiros precários, colchões e roupas de cama sujos e fornecimento irregular de insumos essenciais (como papel higiênico, sabonete e toalhas) expõem uma política institucional de negligência com essas pessoas.

Em Macapá (AP), a vistoria constatou que o Centro de Custódia do Novo Horizonte apresenta condições insalubres, pouca ventilação e “fortes odores das necessidades fisiológicas humanas”. Em Abreu e Lima (PE), relatos apontaram infestação de ratos, baratas e escorpiões no Centro de Saúde Penitenciário (CSP), além de casos de leptospirose e alagamentos recorrentes. Já em João Pessoa (PB), as pessoas contaram que convivem com pragas, ambiente insalubre e fornecimento inadequado de alimentos e água potável na Penitenciária de Psiquiatria Forense.

Situações semelhantes se repetem em outros lugares do país. A dificuldade de acesso à água potável é talvez um dos retratos mais chocantes dessas instituições asilares. Clarissa conta que, em alguns estabelecimentos, o acesso à água é controlado pelos agentes penais: “O acesso é liberado a depender do comportamento”, disse. Em Rio Branco (AC), nas Unidades Prisionais Feminina e Masculina Francisco de Oliveira Conde (FOC), o fornecimento de água é feito uma única vez ao dia, por cerca de 15 a 30 minutos. “As pessoas privadas de liberdade precisam armazená-la em baldes para consumo, banho, limpeza da cela e higienização pessoal”, descreve o relatório.

Outro ponto destacado é o emprego de castigos, agressões e maus tratos. Clarissa explicou que é comum lidar com a crise por meio de punições, como o confinamento “solitário”. Em Barbacena, por exemplo, a vistoria encontrou todas as celas de isolamento ocupadas: algumas pessoas estavam há mais de um mês trancadas, incluindo duas mulheres trans que ocupavam aquele espaço permanentemente. “Longe de serem compreendidas como momentos de maior vulnerabilidade que requerem apoio intensivo, as crises são tratadas como objeto de intervenção da ordem institucional,

MANICÔMIOS JUDICIÁRIOS E LUTA ANTIMANICOMIAL

O QUE É A RESOLUÇÃO CNJ 487/2023?

A Resolução 487 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e tornou-se um marco normativo para redirecionar a forma como a Justiça lida com pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, adequando sua atuação à Lei nº 10.216, de 2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. Conheça a Política Antimanicomial do Judiciário: <https://bit.ly/resolucao487>.

O QUE SÃO MANICÔMIOS JUDICIÁRIOS?

Manicômios judiciais ou hospitais de custódia são termos usados para se referir aos Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (ECTPs), instituições destinadas ao cumprimento de medidas de segurança, isto é, sanções penais aplicadas a pessoas consideradas inimputáveis, por conta de alguma deficiência psicossocial. Segundo o Relatório de Inspeção Nacional (2025), do Conselho Federal de Psicologia (CFP), são instituições que representam o “pior do pior”: “o pior da prisão com o pior do hospício”.

O QUE SÃO AS EAPs?

As Equipes de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAPs-Desinst) foram criadas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 4.876, em 2014, com o objetivo de apoiar ações e serviços para atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do SUS.

“O manicômio é um lugar impossível de ser reformado. Ele deve ser fechado”

Romina Gomes, coordenadora técnica do PAI-PJ/TJMG

resultando em cerceamento, castigo e segregação indefinidos”, afirma o documento.

O emprego das chamadas “contenções químicas”, com uso de medicamentos sedativos ou tranquilizantes, também é outra prática presente. No Rio de Janeiro, a equipe de inspeção no Hospital Penal Psiquiátrico Roberto Medeiros identificou 71 registros de injeções “SOS” apenas em um mês, todas noturnas, como forma de contenção, sem avaliação clínica individualizada — o que também ocorre em outros estados, de acordo com o relatório.

Outro dado alarmante apontado por Clarissa é a permanência prolongada das pessoas em medida de segurança, o que demonstra descaso e abandono do poder público. A inspeção constatou um número importante de pessoas que já cumpriram a sanção penal e têm condições de fazer o tratamento ambulatorial na Raps, mas permanecem no manicômio. Segundo ela, “essa população é atingida pelo duplo estigma” — da loucura e da prisão. “O manicômio judiciário é depósito, as pessoas vão ficando, esquecidas”, pontuou.

LUGAR DE SILENCIAMENTO

Que ninguém se engane: não se pode consertar aquilo que nem deveria existir. “O manicômio é um lugar impossível de ser reformado. Ele deve ser fechado”, declarou Romina Gomes, coordenadora técnica do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG). Durante o debate em Juiz de Fora, ela retomou um pouco da história da psiquiatria para recordar que as pessoas consideradas alienadas mentais, até um passado recente, não eram escutadas: “A sua fala era desprezada e seus corpos mortificados”, assinalou.

“Além de ser um local que não atende os requisitos básicos para acolher o ser humano e funciona como um depósito de pessoas que estão completamente objetificadas, os pacientes que estavam no manicômio não tinham nenhuma voz”, ressaltou a psicanalista, que possui doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Segundo ela, essas vozes eram reiteradamente silenciadas porque pareciam se referir a algo que não existe, como delírios e alucinações — enquanto Freud (1856- 1939) afirmava que há sempre uma verdade no delírio.

Para Romina, a desumanização promovida pelo manicômio começa justamente ao não acolher o que essas pessoas têm a dizer: “Trata-se da forma mais radical de desumanização”. O

silenciamento vem acompanhado da construção da ideia de periculosidade, ou seja, a formação de um imaginário de que aquelas pessoas são perigosas para a sociedade. E se faltam palavras, sobram violações: “Esse fato de dispensar a fala alimenta a violência”, refletiu.

Na contramão disso, o exercício constante da escuta é um dos princípios que orienta o trabalho do PAI-PJ, como pontuou Romina. O programa é considerado pioneiro na atenção a pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei, remanescentes de hospitais de custódia e outras instituições asilares. O projeto surgiu em Minas Gerais em 2000, por iniciativa da psicóloga do TJ-MG, Fernanda Otoni, como uma aposta no cuidado em liberdade. “É preciso começar escutando essas pessoas, pois o ser falante é complexo. Ele é muito mais do que o ato que o levou a ter um processo na justiça”, explicou a psicanalista.

Romina relatou que a atenção às singularidades de cada sujeito passou a guiar a inserção desses pacientes na chamada rede substitutiva do SUS, de base comunitária e territorializada. “Cada ser falante funciona de um jeito. Sem considerar essa singularidade, não há tratamento que dê conta do real do sofrimento humano”, disse.

A grande virada trazida pelo programa foi incentivar alternativas de cuidado. “O PAI-PJ, onde atuo há 22 anos, vem demonstrando que é possível prescindir dos dispositivos de segregação, tais como as prisões e os manicômios, na atenção às pessoas em sofrimento psíquico que possuem um processo criminal”, constatou.

O programa acompanha atualmente 1.466 casos, sendo 1.104 em suporte ativo e 362 em fase de acolhimento. Entre os casos ativos, 937 pessoas (84,9%) encontram-se em liberdade, enquanto 167 (15,1%) permanecem privadas de liberdade em unidades do sistema prisional. A grande maioria realiza o acompanhamento junto à Raps, no território em que vivem, como informou à *Radis* a equipe do PAI-PJ [Leia mais na página 27].

Contudo, o cuidado a essas pessoas ainda esbarra no estigma de que elas representam um perigo para a sociedade. Em Barbacena, o processo de fechamento do manicômio judiciário iniciado em 2020 foi interrompido em 2022, por pressão do governador Romeu Zema (Partido Novo), que determinou a reabertura da unidade. “O poder Executivo de Minas Gerais tem demonstrado que não concorda com a extinção desse lugar de mortificação e objetificação das pessoas”, ressaltou Romina.

Em 2020, das 116 pessoas internadas em cumprimento de medida de segurança em Barbacena, 16 já tinham a possibilidade jurídica de sair do local, explicou a coordenadora

RETRATO DOS MANICÔMIOS JUDICIÁRIOS

O QUE DIZ O RELATÓRIO DE INSPEÇÃO NACIONAL (2025)

PANORAMA GERAL

- 2.053 pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei em Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (ECTPs) e outras instituições asilares
- 13 manicômios judiciários, 3 alas prisionais psiquiátricas e 2 unidades prisionais comuns
- 3 hospitais psiquiátricos, 2 comunidades terapêuticas e 1 clínica especializada em dependência química
- 12 Caps, 4 Serviços Residenciais Terapêuticos, 1 Unidade de Saúde da Família e 1 hospital geral

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- Graves restrições de acesso às equipes de inspeção
- Grades e corredores trancados
- Irregularidade de ingressos e permanência prolongada
- Ausência de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS)
- Uso de contenção química
- Castigos (celas de castigo, isolamento ou 'solitárias') e tortura

- Racismo, violências de gênero e transfobia
- Exploração do trabalho (trabalho forçado)
- Comida estragada e acesso precário a insumos básicos
- Acesso restrito à água potável

RECOMENDAÇÕES

- Interdição e fechamento definitivo dos manicômios judiciários
- Nenhuma nova internação de pessoa com deficiência psicossocial em conflito com a lei nos ECTPs que continuam funcionando
- Medidas emergenciais que assegurem condições mínimas de dignidade até a efetiva desinstitucionalização
- A desinstitucionalização deve ocorrer de forma planejada, com base em Projetos Terapêuticos Singulares
- Fortalecimento da Raps

FONTE: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP)



Resolução do CNJ determina o fechamento dos hospitais de custódia e unidades semelhantes: na foto, inspeção feita em Barbacena (MG)

técnica do PAI-PJ. Os outros 100 passaram por avaliação de equipe multidisciplinar e apenas 12 ainda necessitavam de tratamento de crise: “Os 78 que tinham condições de sair tiveram ordem imediata de desinternação”, pontuou. “Das 104 pessoas que podiam sair, tirando aqueles 12 que precisavam de uma intervenção de crise, metade precisou de vaga em Serviço Residencial Terapêutico (SRT), porque teve seus laços sociais familiares completamente rompidos, não tinham para onde voltar”, contou Romina [Leia reportagem na *Radis* 274 sobre a experiência das residências terapêuticas].

Porém, o processo de desinstitucionalização foi interrompido por decisão de Zema, em 2022, ao determinar a reabertura do hospital psiquiátrico na cidade lembrada pelo passado manicomial. Como a história é feita de idas e vindas, a Resolução 487 do CNJ, em 2023, colocou novamente no horizonte a extinção definitiva dos manicômios judiciários. “A implantação da política antimanicomial faz parte de uma história que vem sendo construída no Brasil há aproximadamente 45 anos. Nós estamos construindo o segundo capítulo dessa história”, destacou Romina.

DESEJOS DE MANICÔMIO

“A superação dos manicômios judiciários é um caminho sem volta”, sentenciou Ludmila Correia, professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com doutorado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Segundo ela, não é mais possível existir esse tipo de instituição, em completo desacordo com a Constituição e outras legislações que tratam dos cuidados em saúde para as pessoas com deficiência psicossocial.

Segundo Ludmila, a política antimanicomial está acontecendo em vários estados, que fecharam completamente as portas dos hospitais de custódia ou deixaram de receber

novas internações. Contudo, ela lamentou que essa iniciativa tenha partido do Poder Judiciário. “Para a gente que acredita numa democracia participativa, colocar isso no colo do Judiciário é muito problemático, pois é o Poder com menos possibilidade de participação social”, enfatizou. No seu entender, essa lacuna é ocupada pela Justiça devido à omissão das diversas esferas do Poder Executivo.

“Não é por falta de norma que a gente não tenha o fechamento dos manicômios judiciários. É por vontade política”, constatou. A advogada e professora de Direito chama atenção para o fato de que é preciso trabalhar a dimensão sociocultural, para superar as visões equivocadas que a sociedade possui em relação a essas pessoas. “A imprensa de vários estados mobilizou muito esse discurso do medo, que só fez reiterar o estigma vinculado à ‘loucura criminosa’”, pontuou.

Mesmo que a disputa seja desigual com setores conservadores, o movimento antimanicomial deve unir forças para evitar retrocessos nas políticas de saúde mental, destacou Ludmila. “A gente está falando de sair do lugar de mortificação, que não é terapêutico, para o espaço da liberdade”, reforçou. Segundo ela, mesmo que o governo federal atual seja mais favorável a essa agenda, existe um cenário em que os recursos da saúde estão fatiados por emendas parlamentares, o que compromete os investimentos na Raps.

“Precisamos deslocar a política criminal e de saúde mental da lógica da exclusão para práticas que priorizem a liberdade, a dignidade e a singularidade das pessoas”, defendeu a professora. Para isso, é preciso seguir em uma luta vigilante contra retrocessos. “Enquanto a gente ainda tiver um Judiciário ou órgãos do sistema de Justiça que apresentem ‘desejos de manicômio’, a gente vai continuar estendendo a lógica manicomial para outros territórios”, constatou.

LIVRES PARA VIVER

Também Clarissa ressaltou o papel do debate público e da comunicação para superar os estigmas em torno da loucura, especialmente quando se tratam de pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei. “Assim que saiu a resolução [do CNJ], circulou a ideia na mídia de que a gente abriria os portões, sairiam os ‘serial killers’, as pessoas perigosas. O que a gente tem encontrado na verdade é o oposto disso: pessoas que tinham direitos violados”, ponderou.

Segundo a conselheira do CFP, é necessário desmistificar essa ideia de que as pessoas que estão nos manicômios judiciais são uma ameaça à sociedade. Após o fechamento de algumas unidades, com a resolução do CNJ, grande parte das pessoas já voltou para o seu território, ressaltou Clarissa, sem um número significativo de reincidência — “o que demonstra que é uma falácia essa ideia do perigo”. “O que a gente vê são as pessoas com medo de sair porque elas não sabem como vão ser recebidas pela sociedade, e não o contrário”, acrescentou.

Uma alternativa à internação em manicômios e hospitais de custódia é dada pelas Equipes de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAPs-Desinst). Essa é uma iniciativa que surgiu no SUS, em 2014, inspirada

em trabalhos pioneiros como o PAI-PJ, em Minas Gerais, e o Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI), em Goiás, que mostraram que é possível construir outros caminhos de cuidado, livres dos manicômios.

De acordo com dados do Relatório de Inspeção Nacional do CFP, a resolução do CNJ de 2023 teve um impacto positivo na ampliação da oferta desses serviços: antes, havia apenas sete EAPs no Brasil; atualmente, são 32 equipes em 21 estados, segundo o CNJ. Além do fechamento das instituições asilares, o documento recomenda o fortalecimento da Raps e o processo de desinstitucionalização centrado no sujeito e no território.

“Hoje sabemos que o manicômio é uma lógica que circula em nossa sociedade, não é somente um espaço físico”, ressaltou Romina, sobre a importância de ampliar espaços de escuta. Esse é um passo que exige investimentos em equipes multidisciplinares para garantir o cuidado digno em liberdade.

Livres das grades manicomial, essas pessoas começam a retomar suas vidas, com apoio dos serviços da Raps. É o caso de uma história real que abre o relatório: um senhor que ficou recluso em um manicômio judiciário por mais de 30 anos, pois tinha a indicação “de permanecer internado para sempre”. Ao sair e acessar a moradia em um Serviço Residencial Terapêutico (SRT), ele manifestou seu primeiro desejo aos profissionais de saúde: queria ver o mar.


A EXPERIÊNCIA DE MINAS GERAIS

Se Minas Gerais é conhecida pelo triste capítulo da história manicomial, é também pioneira na construção de alternativas de cuidado digno em liberdade para pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei. O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ) surgiu há 25 anos, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), com o objetivo assessorar a Justiça de Primeira e Segunda Instâncias na individualização da aplicação e da execução das medidas socioeducativas, penas e medidas de segurança aos pacientes judiciais.

O programa atua como uma espécie de “dispositivo conector” entre o sistema jurídico e as redes públicas assistenciais. Entre os princípios que norteiam o trabalho, está a ideia de observar a singularidade de cada caso: escutar e acolher o sujeito acompanhado, para a construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS). “O sujeito não se reduz às nomeações estigmatizantes que a sociedade costuma utilizar quando ele, ao ser tomado pelo sofrimento psíquico, comete

um ato fora da lei”, explicou Romina Gomes, coordenadora técnica do PAI-PJ, em debate no 7º Fórum de Saúde Mental da Abrasme (12/9).

Atualmente, o programa possui oito núcleos regionais em funcionamento, nas cidades de Belo Horizonte, Barbacena, Alfenas, Divinópolis, Itaúna, Muriaé, Teófilo Otoni e Governador Valadares. São acompanhados 1.466 casos, 362 deles ainda em fase de acolhimento; no total, 937 pessoas (84,9%) estão em liberdade e 167 (15,1%) em unidades do sistema prisional. De acordo com a equipe do PAI-PJ, a grande maioria das pessoas acompanhadas realiza o acompanhamento junto à Rede de Atenção Psicossocial (Raps), no território em que vivem, fortalecendo a articulação entre o sistema de justiça e a rede de saúde mental.

O PAI-PJ também atua com adolescentes em conflito com a lei em situação de sofrimento psíquico, nos casos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 



O SUS QUE ENSINA

Há 15 anos, o programa UNA-SUS
capacita profissionais de saúde

LARA SOUZA | COLABOROU IZABELLY NUNES*

Quando a pessoa se forma um profissional de saúde como continua atualizando o conhecimento para atender em um cenário cada vez mais complexo? Que a Saúde vive em constante evolução não é segredo para ninguém, todos os dias são lançadas novas pesquisas, vacinas, medicamentos, protocolos. Enquanto doenças são erradicadas, outras que eram consideradas incuráveis agora são facilmente tratáveis.

O vírus HIV é um bom exemplo. Em 1980, se uma pessoa contraísse o vírus, era um caso isolado e um alerta para uma nova doença. Em meados dessa mesma década, a síndrome de aids já era diagnosticada e praticamente uma sentença de morte. Somente em 1995, com a terapia antirretroviral combinada, a doença deixou de ser um diagnóstico terminal para se tornar crônica e manejável. Atualmente, quando a pessoa entra em

contato com o vírus tem teste rápido e gratuito pelo SUS, medicação para que o vírus se torne indetectável e não seja transmitido para outras pessoas, políticas públicas para acabar com o estigma e, ainda, políticas de prevenção mais avançadas, a exemplo da PrEP (profilaxia pré-exposição) e PEP (profilaxia pós-exposição).

O médico sanitário Francisco Campos conta que quando nasceu, em 1951, na cidade de Pompéu — Centro-oeste de Minas Gerais —, quem se formava médico só precisava do diploma para clinicar pelo resto de sua vida. “A pessoa tinha quatro livros de clínica médica e passava a vida inteira sem ter nenhum curso”, relata. Ele foi um dos idealizadores da plataforma Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) e o responsável pela implantação em 2010 pelo Ministério da Saúde, sendo secretário executivo da iniciativa entre 2011 e 2017.

O sistema surge para atender às necessidades de capacitação permanente dos profissionais de saúde, com cursos gratuitos e na modalidade de educação à distância. Francisco explica que a UNA-SUS se torna necessária com o avanço da obsolescência do estudo em saúde, uma vez que anos atrás a substituição do conhecimento era mais lenta.

“Se você pegar hoje um profissional de saúde que tenha uns 40 anos de dedicação à saúde, dos quais apenas os primeiros 6 anos, se for só a graduação; ou até 10 anos, se a pessoa fizer residência, são passados dentro de uma instituição acadêmica. Então, quem é que forma essa pessoa depois? Onde essa pessoa se forma? Como é que ela busca conhecimento?”, Francisco fala sobre o problema que deu início à criação do programa.

15 anos após a criação, *Radis* conversou com alunos e gestores do programa para entender como o ensino à distância pode ser uma ferramenta de fortalecimento do SUS.

“MUDOU MINHA CARREIRA”

Hoje, Itamar Carneiro, psicólogo, mestre e doutorando em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou (IRR/Fiocruz), diz que a UNA-SUS mudou sua carreira. Ele conheceu o portal em 2012, ainda na graduação, quando participou do Projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS) e começou a acessar logo após se formar em 2014 para buscar processos formativos que alinhavam o saber e a prática. “A minha formação em Psicologia tem um currículo muito direcionado ao atendimento clínico e individual, e os cursos da UNA-SUS me trouxeram um olhar crítico e territorial alinhado com as atuais necessidades da sociedade”, explica.

Desde então, o psicólogo já realizou cursos de Prevenção do Suicídio, de Eventos Agudos em Saúde Mental, sobre a Dinâmica da Violência no Contexto Familiar, entre outros que deram suporte durante toda a sua trajetória na atenção primária. Atualmente, Itamar trabalha na Policlínica Municipal de Alagoinhas, na Bahia, atendendo homens que estão em conflito com a lei por terem sido autores de violência contra mulheres, com foco na saúde integral dessas pessoas.

“Abriu um portal para fortalecer as minhas intervenções”, conta Itamar. Ele cita como os referenciais e os estudos de caso utilizados nas aulas se aproximam da realidade da prática do atendimento. “Eu penso que a UNA-SUS já é o futuro da formação profissional dos técnicos da saúde no Brasil”.

A história de Itamar se junta com a de mais de 2 milhões de usuários cadastrados na Plataforma Arouca da UNA-SUS. Dentre eles, a de Anália Ciriaco, natural de Cascavel, Ceará. Agente Comunitária de Saúde (ACS) há 15 anos, a trajetória na área da saúde começou de forma inesperada ao passar em uma seleção para o trabalho, apesar de sempre ter tido influência das tias que são técnicas de enfermagem. Hoje, Anália também cursa enfermagem para além da atuação como ACS.

O sanitarista Francisco Campos explica que, para que as qualificações em saúde da família chegasse a todas as unidades básicas de saúde, por exemplo, seria um custo enorme para o Estado e levariam anos para que se formassem formadores, para que esses formadores chegassem aos territórios e aos técnicos. Sendo o portal da UNA-SUS mais ágil e flexível para essa finalidade.

“Os cursos da UNA-SUS foram verdadeiros divisores de água na minha carreira”, declara Anália. Quando se tornou ACS, tudo o que teve acesso foi um curso básico dado pela prefeitura. Já em campo, ela começou a perceber o quão complexo é trabalhar com a Estratégia Saúde da Família (ESF) e se sentia insegura durante as visitas. “Sempre senti falta de capacitações que me preparassem para lidar com os problemas da comunidade, e a plataforma supriu essa necessidade”, afirma.

REDE UNA-SUS

A Rede Universidade Aberta do SUS reúne 35 instituições públicas de ensino superior conveniadas aos ministérios da Saúde e da Educação para ofertar educação à distância. Essa articulação amplia o compartilhamento de recursos educacionais (vídeos, textos, áudios e outros materiais) que podem ser reutilizados e adaptados pelas instituições. Assim, a Rede mantém um fluxo contínuo de produção e troca de conhecimento, atendendo diferentes contextos e públicos.

ARES

O Acervo de Recursos Educacionais em Saúde (Ares) é uma plataforma digital pública que reúne materiais produzidos pela Rede UNA-SUS para apoiar a formação de trabalhadores da saúde. Com conteúdos em diversos formatos (textos, vídeos e materiais multimídia), o acervo é colaborativo e permite livre uso e reutilização dos recursos. Todo o material é elaborado por instituições e especialistas da área e passa por validação do Ministério da Saúde.

AROUCA

Com o nome em homenagem ao médico sanitarista Sergio Arouca, a Plataforma Arouca é o sistema que reúne o histórico educacional e profissional dos trabalhadores da saúde na UNA-SUS, funcionando como um cadastro único. Com um único login, o usuário acessa todos os cursos disponíveis, verifica automaticamente requisitos de matrícula e encontra formações específicas para sua profissão, além de consultar certificados já obtidos. A plataforma também organiza as ofertas por região, tema e interesse, facilitando a busca e o acompanhamento do percurso formativo. Para gestores, serve como ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação das ações educacionais.

Anália explica que a UNA-SUS supriu suas lacunas de conhecimento. Hoje, ela já finalizou 31 cursos e tem mais 13 em processo de conclusão. “Com cursos voltados à saúde da mulher, do homem, gestantes e crianças, encontrei um leque de opções que me auxilia até hoje durante as visitas domiciliares, aprimorando minha prática profissional e o atendimento aos usuários do SUS”.

Sobre a modalidade de educação à distância, Anália diz que se adaptou muito bem por ter “disciplina”. “Vivemos em um mundo tecnológico e sem tempo”, afirma sobre como essa modalidade torna o conhecimento mais acessível e é mais flexível para que a pessoa não precise parar de trabalhar.

“A tecnologia permite que comunidades distantes, como na Amazônia, tenham acesso a informações e cuidados de saúde essenciais. O ACS sempre foi a ‘ponte’ entre a comunidade e o serviço de saúde. Com a tecnologia, essa ponte se torna ainda mais ampla, conectando pessoas e potencializando o cuidado”, afirma Anália, completando com a previsão de que o que hoje é novidade, futuramente será rotina, tornando-se natural e cotidiano.

Hoje, a UNA-SUS é a maior plataforma de educação à distância pública do mundo, segundo Francisco Campos. “Se você pensar The Open University (A Universidade Aberta), edX (educação online/aberta) de Harvard e MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), ou Coursera podem ser maiores, mas pública é a maior que existe nesse momento”, declara orgulhoso o sanitarista.

O DESAFIO DA ATENÇÃO BÁSICA


Francisco Campos era Secretário da Educação da Gestão e do Trabalho na Saúde do Ministério da Saúde, durante o ministério de José Gomes Temporão na época da criação da UNA-SUS, instituída pelo decreto nº 7.385, de 08 de dezembro de 2010. Existiam 35 mil equipes da Estratégia Saúde na Família no país, segundo o sanitarista, sendo apenas 10% dos profissionais capacitados ou habilitados nessa especialidade.

“Nós não tínhamos tempo para fazer isso via residência médica”, relata. Francisco faz uma conta que indica que tinham pelo menos 30 mil médicos, 30 mil enfermeiros, uns 10 mil dentistas sem saber fazer saúde na família, um contingente de mais de 70 mil profissionais, fora os agentes comunitários. “Você não podia falar o seguinte: ‘para tudo agora! Ninguém vem mais consultar [porque] nós mandamos todo mundo para a residência e daqui a dois anos os pacientes voltam’”, enfatiza.

Nessa mesma época, as universidades também abriam vagas entre 30 a 60 por turmas de especialização. Francisco volta a fazer contas, explicando que nesse ritmo levariam 160 anos para capacitar somente os 30 mil médicos da atenção primária. “Daqui a 160 anos, provavelmente alguma dessas pessoas já teria morrido”, ironiza.

“Nós queremos quatro dígitos”, essa foi a forma de negociar a entrada das universidades parceiras no projeto da UNA-SUS. “O nosso argumento, enquanto Ministério da Saúde, era o seguinte, se não for em mil [vagas], eu não chego lá nos 30 mil”, explica Francisco. As 10 primeiras

universidades que entraram na plataforma precisaram tanto aderir à modalidade de educação à distância — em uma época que poucas tinham essa estrutura ou tecnologia — e aumentar as vagas das especializações para números muito maiores sem perder a qualidade do ensino oferecido.

Francisco brinca que, na época, em 2010, muitos viram esse projeto com espanto. Hoje, são mais de 30 universidades parceiras, milhares de recursos publicados e das mais de 11 milhões de matrículas nos cursos, metade dos alunos vieram da Atenção Básica. 

■ Izabelly Nunes: estágio supervisionado



SUS MODELADO À MÃO

Calendário da Fiocruz Pernambuco recria cenas cotidianas da saúde com arte figurativa em barro



SUS
SISTEMA
ÚNICO DE
SAÚDE

O SUS é a maior política pública de saúde do Brasil. Universal, gratuito e presente em todo o país, é símbolo do direito à saúde para todos.




O calendário de mesa produzido pela Fiocruz Pernambuco virou objeto de desejo. Tem quem espere a nova edição, quem guarde exemplares antigos e quem faça dele peça de decoração. Não é só pelo projeto gráfico, mas pelo que ele carrega: arte, comunicação e uma maneira diferente de falar sobre saúde e ciência.

Criado pela Assessoria de Comunicação como estratégia de divulgação da missão e da atuação institucional, o calendário, desde 2007, apostou na união entre arte e comunicação pública. A cada edição, diferentes linguagens visuais ocuparam os meses do ano: xilogravura, aquarela, colagens, artes plásticas. Quase sempre com artistas pernambucanos e com o mesmo desafio — transformar temas complexos, como políticas públicas e produção científica, em imagens capazes de provocar curiosidade, afeto e conversa.

Em 2026, essa proposta ganha corpo, no sentido mais literal. Sob o tema “Modelando o Cuidado: Arte e Políticas Públicas em Saúde”, o calendário apresenta 12 peças em barro, cada

uma alusiva a uma política estratégica do Sistema Único de Saúde. O cuidado deixa de ser abstração e se revela como cena, gesto e cotidiano, moldados à mão e carregados de sentido.

As obras são assinadas por artesãos do Alto do Moura, em Caruaru (PE), um dos mais importantes polos da arte figurativa em barro do país. Participam desta edição os irmãos Marliete, Maria do Socorro e Horácio Rodrigues, além da sobrinha Amanda Rodrigues, todos da família de Zé Caboclo, primeiro aprendiz de Mestre Vitalino. O barro, matéria ancestral, aproxima as políticas públicas da vida real e dá forma sensível a temas que, muitas vezes, circulam apenas no campo técnico.

Nós concebemos o calendário, textos e direção de arte, com projeto gráfico e design de Danilo Pereira e fotografia de Letícia Ferreira, todos integrantes da Assessoria de Comunicação da Fiocruz Pernambuco — um trabalho que, ano após ano, reafirma a comunicação como parte do cuidado. 

■ Rita Vasconcelos, Coordenadora da Ascom/Fiocruz PE





Família de Zé Caboclo, artesão de Caruaru (PE) que foi o primeiro aprendiz de Mestre Vitalino, é responsável pela confecção das peças

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Criada em 2006, busca combater o racismo institucional e garantir atenção qualificada à população negra no SUS.

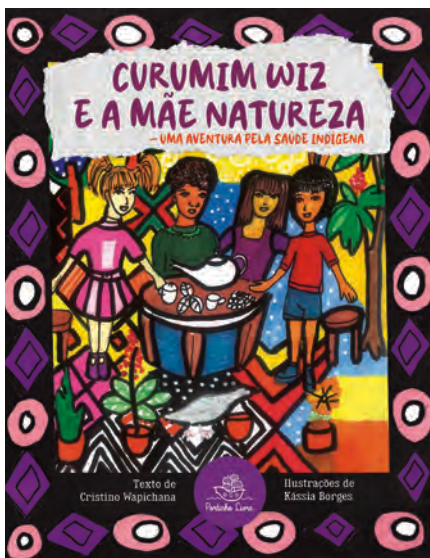


Baixe o calendário: <https://www.cpqam.fiocruz.br/calendario2026>

REPOSITÓRIO DE SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS

Está disponível para consultas o Repositório de Saúde dos Povos Indígenas, um acervo online com mais de 8 mil itens bibliográficos e multimídia com temas de saúde e que reúne materiais históricos e contemporâneos sobre a saúde dos Povos Indígenas no Brasil. Lançado durante o 14º Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrascão 2025), em Brasília, a iniciativa é uma parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), a Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai/MS) e a Abrasco. Acesse: <https://saudeindigena.fiocruz.br>.

DIVULGAÇÃO | AÍSLAN PANKARARU



DIVULGAÇÃO

SAÚDE INDÍGENA PARA CRIANÇAS

O livro infantojuvenil “Curumim Wiz e a mãe natureza: uma aventura pela saúde indígena” narra as aventuras de Wiz, um menino indígena que vive numa aldeia em Roraima. Na obra literária, ele viaja sem sua família e anda de avião pela primeira vez. O destino é um encontro de crianças, de diferentes regiões do Brasil, que vão compartilhar algo extremamente importante: o sentido de “saúde” para cada uma delas. Por meio das peripécias de Wiz e seus companheiros, o escritor indígena Cristino Wapichana convida à reflexão sobre como cada cultura tem seu próprio jeito de cuidar da saúde coletiva e acerca da importância de valorizar a diversidade e respeitar as diferenças. O livro está disponível em acesso aberto para download pela plataforma Portinho Livre, da Fiocruz. Confira em <https://bit.ly/livrocurumimwiz>.

RACISMO NA SAÚDE

Lançado em 2025 e organizado por Rosana Castro e Ana Cláudia Rodrigues, o livro “Racismo e Saúde: Perspectivas Antropológicas Contemporâneas” apresenta um conjunto robusto de pesquisas atuais que analisam como o racismo estrutura práticas, instituições, saberes e experiências no campo da saúde brasileira. A obra, que reúne nove capítulos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores negros de quatro macrorregiões do país, é dividida em duas partes — Etnografias da Racialização e do Racismo e Etnografias de Práticas e Engajamentos Antirracistas — e marca a retomada da coleção Antropologia e Saúde da Editora Fiocruz. O livro está disponível para a compra no site da editora.



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

POR EQUIDADE DE GÊNERO NA CIÊNCIA

Daniela Muzi e Beatriz Duqueviz dirigiram o documentário “Ciência delas”, lançado em 2025. Com duração aproximada de 22 minutos, a produção audiovisual mostra que apesar dos recentes avanços na luta pelos direitos das mulheres, a desigualdade de gênero ainda se faz presente em diversas áreas da sociedade. O documentário conta a trajetória do Programa Mulheres e Meninas na Ciência da Fiocruz a partir das personagens decisivas dessa história pela promoção da equidade de gênero na ciência. O documentário está disponível na plataforma de vídeos da VideoSaúde Distribuidora (Fiocruz), a Fioflix. Assista em <https://bit.ly/cienciadelas>.

A Venezuela pertence ao seu povo

“A agressão promovida pelo governo do presidente Donald Trump não é uma luta contra o narcotráfico. Seu objetivo é se apoderar do petróleo, das terras e de outros abundantes recursos energéticos do país, transformar a Venezuela em uma neocolônia e manter a dominação colonial e imperial na região, sufocando ainda mais qualquer possibilidade de libertação nacional e a construção autônoma de processos sociais, políticos e econômicos progressistas que dignifiquem a vida do nosso povo. Busca também fortalecer a posição hegemônica dos Estados Unidos em sua disputa com a China na região.

Essa agressão militar viola os princípios básicos do direito internacional, representa uma ameaça direta à estabilidade, à paz e à soberania nacional dos países da região que não se alinham às políticas e aos interesses dos EUA e constitui uma flagrante violação do direito sagrado à autodeterminação dos povos da nossa comunidade de nações. Rejeitamos categoricamente qualquer lesão, sequestro ou morte de cidadão venezuelano e exigimos respeito à vida e à liberdade imediata do presidente Nicolás Maduro e de sua esposa, Cilia Flores.”

(Associação Latinoamericana de Medicina Social e Saúde Coletiva — Alames, 3/1)

“Esses atos do governo Trump, sem uma justificativa de legítima defesa e sem se enquadrarem em um conflito armado, são incompatíveis com os princípios e normas do direito internacional e ameaçam a paz e a segurança na região. Com efeito, a agressão militar viola a proibição do uso unilateral da força estabelecida na Carta das Nações Unidas, artigo 2(4), bem como na Carta da OEA (artigos 3 e 19 a 22).

Os ataques também implicam riscos para o povo venezuelano. A escalada da crise institucional e de legitimidade na Venezuela, após o desconhecimento dos resultados das eleições presidenciais de 28 de julho de 2024 e a repressão subsequente desencadeada pelas autoridades venezuelanas, agravou a emergência humanitária complexa que afeta a população venezuelana.

(...) O povo venezuelano merece uma transição democrática e que os responsáveis por graves violações de direitos humanos prestem contas à justiça. No entanto, isso não pode justificar a ruptura da ordem internacional nem legitimar meios violentos e unilaterais que impõem a lógica do mais forte.

Qualquer solução para a crise que o país atravessa deve ser democrática, pacífica e negociada, centrada no respeito aos direitos humanos e priorizando a participação e o poder de decisão da sociedade venezuelana sobre seu próprio futuro.”

(Nota conjunta de Conectas Direitos Humanos e outras organizações, 5/1)

“Essa agressão fundamenta-se na doutrina segundo a qual a força econômica, política, cultural e militar dos Estados Unidos lhes conferiria o direito de definir unilateralmente as ações que considerem pertinentes para assegurar seus interesses, onde e da forma que julgarem adequadas. Trata-se de uma concepção que faz retroceder a governança global a práticas típicas das nações mais fortes no século XIX.

Os desafios globais contemporâneos — climáticos, sanitários, econômicos e sociais — exigem solidariedade, cooperação e soluções multilaterais, e não intervenções militares justificadas por mentiras e pela ambição de se apropriar dos recursos naturais de outros países.”

(Associação Brasileira de Saúde Coletiva — Abrasco, 6/1)

Convivência é o nosso jeito de mudar o mundo!

Há 26 anos, a **Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)** ajuda na construção de um **Semiárido vivo, justo e digno de se viver**. Mais de 4 milhões de pessoas já acessam água com cisternas construídas ao lado das casas, trazendo segurança hídrica e garantindo mais saúde para as famílias.

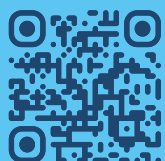


Cisternas garantem:

- * **Água** da chuva perto de casa.
- * Menos esforço físico.
- * **Saúde e dignidade** para milhares de famílias.

Faça parte dessa rede de **solidariedade** e ajude a ASA a levar mais cisternas para famílias do Semiárido!

tenho sede



Acesse tenhosede.org.br

Doe qualquer valor via PIX
tenhosede@asabrasil.org.br



APOIO

misereor
AÇÃO COMUM JUSTA GLOBAL

asabrasil.org.br | [f](#) [@](#) [v](#) @articulacaosemiario